

# HISTÓRIA ÚNICA E SILENCIAMENTO NOS DISCURSOS SOBRE A HISTÓRIA DE TARRAFAS-CE

## SINGLE STORY AND SILENCING IN THE DISCOURSES ABOUT THE HISTORY OF TARRAFAS, CEARÁ

Wesley Guilherme Idelfoncio de Vasconcelos<sup>1</sup>  
Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro<sup>2</sup>  
Sandra Maia Farias Vasconcelos<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa as formas como a história do município de Tarrafas, no Ceará, foi narrada e consolidada. Inicialmente construída a partir da oralidade, a versão mais difundida foi pesquisada e legitimada por um sujeito que reunia dupla autoridade — intelectual e política —, o que contribuiu para que se instaurasse como a narrativa oficial, silenciando perspectivas alternativas. Para discutir esse processo de apagamento e os riscos da história única na formação da identidade de um município, mobilizamos os conceitos de história única (Adichie, 2019), política do silêncio (Orlandi, 2007) e acontecimento e ciência-régia (Pêcheux, 2006), aplicando-os à análise dos discursos sobre a fundação de Tarrafas, especialmente a partir da obra de Vasconcelos (2022).

**Palavras-chave:** Acontecimento discursivo, História Única, Silenciamento, Tarrafas.

**Abstract:** This paper analyzes ways in which the history of the municipality of Tarrafas, Ceará, Brazil, has been narrated and consolidated. Initially constructed through oral accounts, the most widespread version was researched and legitimized by an individual who held dual authority — both intellectual and political — which contributed to its establishment as the official narrative, thereby silencing alternative perspectives. To discuss this process of erasure and the dangers of a single story in shaping the identity of a municipality, we draw on the concepts of the single story (Adichie, 2019), the politics of silence (Orlandi, 2007), and event and royal science (Pêcheux, 2006), applying them to the analysis of discourses on the foundation of Tarrafas, particularly through the work of Vasconcelos (2022).

**Keywords:** Discursive event, Single story, Silencing, Tarrafas.

### *Considerações Iniciais*

Este trabalho parte da seguinte reflexão: “a história oficial é mestra em lembrar um pouco e esquecer muito” (Lima Jr.; Schwarcz; Stumpf, 2022, p. 17) e nele buscamos questionar os discursos sobre a dita história oficial acerca da fundação do município de Tarrafas, no Cariri cearense, a partir de uma perspectiva discursiva. Essa história é fruto de uma investigação realizada por um jornalista, também formado em Direito, chamado Jesus Leite. Ele foi, por um bom tempo, uma das poucas pessoas com ensino superior no

---

<sup>1</sup> Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: wesley.vasconcelos@alu.ufc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8739-3182>. Bolsista CNPq.

<sup>2</sup> Professora Departamento de Línguas e Literaturas da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: claudia.pinheiro@urca.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5574-4494>.

<sup>3</sup> Professora Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Nantes (França). E-mail: sandra.vasconcelos@urca.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7201-6173>.

município, assumiu cargos na educação, sendo, durante muitos anos professor de História e, posteriormente, tornou-se uma liderança política (Vasconcelos, 2022). Com sua múltipla posição de poder, Leite desencorajou toda nova investigação, como forma de garantir a única história contada por ele, não aceitando críticas, questionamentos, apontamentos de equívocos ou novos caminhos. Os debates sobre as muitas formas de silenciamento apresentam diversos pontos de contato com as discussões acerca do esquecimento.

A primeira relação que estabelecemos é com a “ciência régia” discutida por Michel Pêcheux (2006) no livro “Discurso: estrutura ou acontecimento?”. Nesta obra, Pêcheux trata sobre um poder de setores intelectuais que impedem questionamentos, governando o saber e a forma como é tecido, se opondo à multiplicidade de possibilidades de pensar. Outra contribuição que aqui se faz presente para o debate é a da professora Eni Orlandi (2007), acerca da função do silêncio no discurso, com foco específico na política do silenciamento, discussões que ela faz na obra “As formas do silêncio no movimento dos sentidos”. Por fim, a terceira contribuição que vai constituir a trindade teórica deste trabalho é da escritora Chimamanda Ngozi Adichie (2019), na palestra chamada “O perigo de uma história única”, transcrita e publicada em uma obra homônima, na qual a autora discute os riscos de histórias únicas para a formação da identidade de um povo e também como instrumentos de desumanização, e para a criação e reforço de estereótipos.

Acrescentamos também a esse debate a contribuição de Michael Pollak (1989), que em seus estudos sobre o pós-guerra alemão destacou que toda memória coletiva é atravessada por disputas e esquecimentos. Para o autor, as versões que não se adequam à narrativa oficial não desaparecem, mas tornam-se “memórias subterrâneas”, relegadas ao silêncio por longos períodos, até que encontrem condições de ressurgir. Essa perspectiva amplia a discussão sobre Tarrafas, indicando que as histórias desautorizadas pelo pesquisador oficial não foram anuladas, mas permanecem latentes na memória coletiva.

Consideramos chamar a atenção para o fato de que um dos autores deste artigo que ora desenvolvemos é tarrafense e pesquisador sobre memórias e patrimônio cultural de sua terra natal. Essa informação é relevante para este trabalho, uma vez que as narrativas advindas do seu território formam o que Stuart Hall (2014) denomina de traços identitários, que não são essenciais ou estanques, mas construções sócio-históricas. Não estamos distantes do que Saussure determinou sobre a perspectiva do observador em relação ao seu objeto de pesquisa (Saussure, 2006), ou ainda, no contexto filosófico, do que Merleau-Ponty (1994), filósofo fenomenologista francês, tratou sobre a percepção e a experiência do mundo. Para Merleau-Ponty, as experiências estão sempre mediadas pelo

corpo e pela subjetividade do indivíduo, o que implica uma relação de influências recíprocas entre o (a) pesquisador (a) e seu objeto de estudo.

A esse respeito, Hissa (2017) argumenta que a subjetividade:

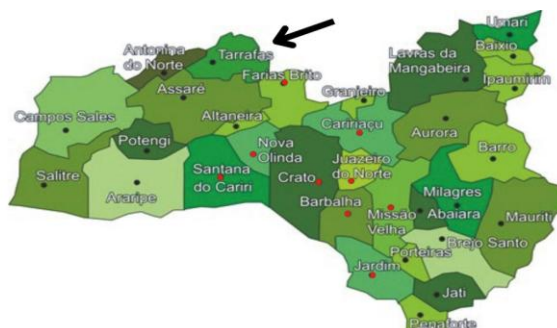
assim como da emoção e de tudo o que faz a arte presente em tudo, é tomada, pela ciência moderna, originária do cartesianismo e do empirismo inglês, como a invasão do estrangeiro que contamina o que não pode ser contagiado para ser o que é: ciência feita só de razão e razão feita de si mesma. [...] A experimentação do mundo precede a razão. Adiante, mais do que isso: a razão é feita da experimentação do mundo e o pensamento é feito do sentir. Ser afetado pelo mundo, portanto, é pressuposto da construção do pensamento (p. 19-20).

O rigor acadêmico é importante para que o caráter deste artigo se consolide como uma pesquisa, fruto de leituras, debates e análises, ao mesmo tempo que o meio social interfere no pesquisador que escreve, o pesquisador também interfere no meio. Uma interferência foi a publicação do livro-reportagem “Quantas histórias cabem dentro da Tarrafá?” (Vasconcelos, 2022), que contém entrevistas e histórias coletadas durante o ano de 2021 e escritas durante 2022. No livro, Vasconcelos narra parte da história de Tarrafás a partir das histórias de vida de alguns tarrafenses, de lugares e do desenvolvimento educacional do distrito e, posteriormente, do município. Nesta obra também, o autor discute sobre as controvérsias na forma como essa “história oficial” foi pesquisada e é contada, além dos descobrimentos de novos estudos e pesquisas sobre a temática.

#### *Uma breve contextualização sobre Tarrafás*

Tarrafás é um município do Cariri cearense, localizado na microrregião do Cariri Oeste, na fronteira com a região Centro-Sul. Faz divisa com Cariús, Jucás e Saboeiro, do lado Centro-Sul, e com Assaré, Antonina e Farias Brito, do lado caririense. Tem uma área territorial de 454 km<sup>2</sup> e, de acordo com o último censo (concluído em 2022), pouco mais de 7.500 habitantes, dos quais 80% residem na zona rural.

**Figura 01** – Localização de Tarrafás na região do Cariri cearense



Fonte: <https://www.arce.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/53/2014/05/mapa-regiao-cariri.jpg>. Acesso em: 10 nov. 2025. Intervenção dos autores na inclusão da seta indicando o município.

Tarrafas foi emancipada três vezes, em 1962, 1987 e, novamente, em 1987. A primeira emancipação, de 1962, foi derrubada alguns anos depois, após um decreto do governador Virgílio Távora a mando do então presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, que decidiu derrubar as emancipações de municípios novos alegando que o menor quantitativo de municípios seria melhor para o governo estadual administrar. A segunda foi após um impasse com o poeta popular Patativa do Assaré<sup>4</sup>, e a terceira foi a definitiva. As pesquisas sobre a fundação do município de Tarrafas empreendidas por José Jesus Leite, aconteceram durante os dois últimos processos emancipatórios.

Estar em posição de destaque intelectual e, posteriormente, na política, fez com que a pesquisa empreendida por Leite se tornasse a narrativa oficial sobre a fundação do município, bem como reforçou os esforços em desestimular novas pesquisas ou questionamentos a narrativas alternativas, centralizando a narrativa na voz de um único sujeito. E essa história se mantém através da tradição oral, como forma, inclusive, de justificar lacunas e inconsistências. Lima Jr.; Schwarcz e Stumpf (2022), em um trabalho acerca da construção do mito do Sete de Setembro, questionam os processos de construção de uma memória nacional através do estabelecimento de uma história única e oficial acerca da independência do Brasil. Nesse sentido, colaboram conosco neste trabalho ao dizerem:

Momentos inaugurais procuram destacar uma narrativa temporal específica em detrimento de outras, criar uma verdadeira batalha retórica — inventando rituais de memória e qualificando seus próprios modelos de autênticos (e os demais de falsos ou pouco relevantes) —, elevar alguns eventos e obliterar outros, endossar certas interpretações e desautorizar o resto. (Lima Jr.; Schwarcz e Stumpf, 2022, p. 16).

Esse diálogo que podemos estabelecer com os autores mostra que o problema aqui trazido não é um caso isolado, o que nos possibilita fazer diversas leituras e debates para desenvolvermos a questão central. A história oficial criada para o município que nascia

---

<sup>4</sup> A marcação territorial do município incluía a Serra de Santana como sendo pertencente a Tarrafas. Berço de Patativa do Assaré, foi o motivo de um grande impasse, fazendo o poeta brigar em rádios, tecendo duras críticas aos responsáveis pela emancipação do município e chegando até mesmo a ter uma audiência com o então governador Tasso Jereissati. Patativa queria derrubar a emancipação e que a Serra de Santana fosse restituída ao município de Assaré porque ele “era Patativa do Assaré e não de Tarrafas”. Tasso concedeu, a emancipação foi revogada e uma nova marcação territorial foi feita, retirando a Serra de Santana das delimitações tarrafenses.

surgiu através da narrativa proferida e investigada por uma única pessoa, com uma série de desautorizações de versões alternativas.

### *Como a história é contada*

Segundo o que se conta — e consideremos que o “se” é um índice de indeterminação do sujeito —, levando em consideração algumas variações dessa mesma história devido a questões próprias da oralidade, em meados dos anos 1800, a região da sede era uma grande fazenda, pertencente a uma mulher de nome Tereza Moreira. Versões tratam-na como paraibana ou piauiense. Outras versões narram que ela veio até onde hoje temos Tarrafas acompanhada do pai, e outras acompanhada de três irmãs e todas chegam num mesmo ponto futuro em que Tereza se tornaria a única proprietária da chamada Fazenda Aroeiras.

A fazenda era uma grande propriedade latifundiária, com um casarão ao centro, que além de pousada, tornou-se ponto de encontro e passagem de tropeiros, que lá realizavam transações comerciais. Com o tempo, Tereza passou a distribuir lotes de terras para os comerciantes que desejassem se instalar na propriedade. O tempo passou e assim o povoado foi se formando. Anos depois, no rio Bastiões, principal corpo hídrico do município, um pescador prendeu a rede de pesca (tarrafa) no fundo do rio e o local atraiu curiosos, que passaram a se referir ao local como o “lugar da tarrafa”, “lugar onde o homem perdeu a tarrafa”, “lugar da tarrafa perdida”, e, posteriormente, passaram a referir-se apenas como “tarrafa” e isso teria feito Tereza mudar o nome da propriedade para Tarrafas.

Nessa narrativa, Tereza é tida como a fundadora de Tarrafas, dá nome à principal praça do município, que segundo a história que se conta, localiza-se em frente à antiga propriedade da própria Tereza que foi demolida em algum momento nos últimos cem anos. Tereza também aparece no Hino do município, composto pelo mesmo pesquisador que começou a contar sua história. Tereza surge na terceira estrofe do hino, que diz:

[...]  
A história bem viva nos conta  
Aroeira fazenda primeira,  
Um tributo jamais esquecido  
À senhora Tereza Moreira.  
[...] (Leite, n.d.).

José Jesus Leite é jornalista e advogado por formação, também foi professor de Língua Portuguesa e História. Além disso, também foi recenseador do IBGE, atuou no

processo emancipatório do município, foi vereador, vice-prefeito de Tarrafas, secretário de educação, secretário de cultura, assessor de comunicação, cerimonialista e também foi reconhecido como mestre dos saberes populares sobre Patativa do Assaré. Estando em posições de poder e prestígio, seus estudos sobre a história de Tarrafas tornaram-se a história oficial, e a grande problemática é a instauração desta versão como a única possibilidade a ser contada sobre a fundação de Tarrafas. Lima Jr, Schwarcz e Stumpf (2022) ressaltam que os processos emancipatórios, a despeito das histórias que são construídas ao redor deles, são processos coletivos, e não voluntarismo individual. Ou uma história única, como classifica Adichie (2019), que tem diversos riscos, “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (p. 22).

Ou seja, após a repetição dessa história, que se mantém mesmo com as variações, e o prestígio conferido a quem a conta, associado ao poder simbólico deste sujeito, a história torna-se facilmente uma verdade absoluta. A escolha de uma figura única para simbolizar a fundação de Tarrafas é, nesse sentido, problemática: em termos práticos, produz o mesmo efeito de se ensinar a história do Brasil como se tivesse começado apenas com a chegada dos portugueses, como se tal processo fosse pacífico e harmonioso. Essa operação narrativa, ao erigir um símbolo unificador, apaga sujeitos e experiências que de fato existiram e contribuíram para a constituição do município. Trata-se de um gesto de matriz colonial, que reduz a complexidade histórica e desautoriza a pluralidade de narrativas possíveis, reiterando um modelo excludente e pouco representativo das diferentes memórias coletivas.

Nesse sentido, podemos relacionar o caso tarrafense ao que Pollak (1989) identifica como estratégias de silenciamento da memória. O autor mostra que, ao mesmo tempo em que uma sociedade constrói uma narrativa oficial, ela deslegitima lembranças concorrentes, impondo-lhes o estatuto de ausência. Contudo, essas narrativas alternativas não se apagam totalmente: persistem como memórias subterrâneas, que resistem na oralidade, nos arquivos e nas lembranças familiares. Adichie (2019) diz que

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer ‘ser maior do que outro’. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (Adichie, 2019, p. 22-23, grifos da autora).

As histórias são contadas a partir de pontos de vista diferentes porque cada um vive os acontecimentos históricos de maneiras e posições diferentes. Se contarmos a história da colonização a partir da ótica dos povos originários que aqui já viviam quando os europeus chegaram, teremos uma história diferente; se contarmos a história da humanidade a partir da perspectiva das mulheres, teremos outra história; e se for pela ótica das mulheres negras, a história já será outra completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente (Adichie, 2019).

A existência de lacunas na versão instaurada como oficial não é um problema. Walter Benjamin (2020), nas famosas *Teses sobre o conceito de história*, fala da importância de se escovar a história a contrapelo, um estado de constante questionamento, revisão e reescrita, porque toda releitura torna-se uma nova leitura, nos chama a atenção de formas diferentes e nos permitem enxergar novos caminhos. Quando há uma história que centraliza todo o protagonismo da emancipação do município na figura de uma única pessoa, com existência questionável, apagam-se as histórias e contribuições de dezenas de lideranças que tiveram participação importante na emancipação de Tarrafas, quando figuras de autoridade assumem posições específicas e desestimulam outras pesquisas, gera-se um acomodamento por parte da população que não sente a necessidade de buscar outras alternativas para a história contada.

A manutenção dessa história única se dá através da política do silenciamento. Orlandi, discutindo sobre o silêncio, diz que

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos (Orlandi, 2007, p. 102).

A autora complementa, dizendo que “o estudo do silenciamento (que já não é o silêncio, mas ‘pôr em silêncio’) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’” (Orlandi, 2007, p. 12). No contexto em que tecemos a discussão aqui proposta, o silenciamento reside na afirmação dessa “história oficial” como a única possibilidade de história e na deslegitimação de outras possibilidades. E que história é essa que parece ter um dono?

*As outras vertentes*

Em 2010, a professora Gilcarla Sousa, concluindo o curso de ciências biológicas pela Universidade Regional do Cariri, realizou sua pesquisa monográfica (Sousa, 2010) sobre as ações antrópicas no rio Bastiões. Em dado momento da pesquisa, buscou fontes que corroborassem com a tese inicial sobre a fundação do município de Tarrafas e não encontrou. Vasculhando documentos sobre a família Moreira, em igrejas e cartórios, não encontrou nada sobre essa dita Tereza ou propriedades chamadas Aroeiras. Também buscou conversar com pessoas da família Moreira em Tarrafas, bem como com pessoas que, pela idade, teriam-na conhecido ou conhecido pessoas que a conheceram. Na história contada, Tereza teria falecido no início de 1900. Nada encontrou que comprovasse sua existência, mas encontrou muitos materiais e relatos que a negassem.

Da família Moreira, foi elaborada uma árvore genealógica até onde permitiu a memória dos mais velhos, e as poucas Terezas que surgiram ainda estavam vivas e nenhuma parte da família é proveniente da Paraíba ou Piauí. Analisando os registros do padre Francisco Telles de Menezes Lima, que relatava expedições realizadas no interior do Ceará, a região é mencionada. O padre Lima menciona a existência de três fazendas onde hoje fica Tarrafas: fazenda Varzinha, fazenda Caiçara e fazenda Tarrafa. As duas primeiras ficam onde hoje temos comunidades de mesmo nome e a terceira fica onde hoje está a sede do município. A obra chama-se *Lamentação Brasileira: Mapa Curioso de Novo Descoberto*, é composta por seis volumes. No segundo capítulo da parte III, o padre trata do Ceará. Essa obra foi fruto de suas expedições ao Ceará e Rio Grande do Norte, iniciada em 1799 e concluída no ano de 1806. Ao buscar as origens do município em documentos oficiais, o trabalho do padre Lima é de grande valia e é possível tratá-lo como uma pessoa que realmente passou por Tarrafas, já que ainda hoje temos um açude construído na época de sua passagem e que ainda hoje é chamado de Açude do Padre Lima. Tarrafas era conhecida em alguns pontos da região como uma área rica em minerais, ouro nos rios, esmeraldas nas serras e até relatos de diamantes e topázios (Sousa, 2010).

Os documentos são anteriores em quase um século à suposta passagem de Tereza pela localidade. Ao ser questionado sobre o local onde ela faleceu, Jesus Leite respondeu que Tereza não teve filhos e deixou a propriedade para os moradores, indo morar na serra do Quincuncá, próxima ao local onde hoje fica o município de Farias Brito. Mas lá também não há registros dela.

Em entrevista cedida a Vasconcelos (2022), Sousa comenta sobre esse impasse:

[SOUSA]: “Imagino que em algum momento deva ter existido uma família Moreira, da qual fazia parte essa senhora, dona Tereza, que tinha alguma propriedade batizada de Aroeira, mas que era vizinha da fazenda Tarrafa, essa sim, contada nos anos da história. Essa senhora



deve ter tido posses e isso fez com que a cultura popular da época lhe exaltasse a ponto de que, no futuro, seu nome fosse projetado como a fundadora do lugar” (Vasconcelos, 2022, p. 50).

Esse embate entre a pesquisa de Sousa (2010) e a versão consolidada por Jesus Leite pode ser compreendido à luz do que Pollak (1989) denomina “memórias subterrâneas”: relatos e documentos que não se alinham à memória oficial e que, em muitos contextos, são relegados à marginalidade. Ao emergirem, tensionam a história única e revelam que a memória coletiva é sempre plural e conflitiva. No entanto, é importante problematizar que o conceito de subterrâneo não deve ser entendido como uma posição fixa ou estável. Existem narrativas que não chegam a assumir o lugar de marginalidade, embora também não ocupem o centro da memória oficial — a Bíblia —, por exemplo, não é um relato histórico, mas nunca esteve em posição subterrânea. Da mesma forma, mitos gregos foram centrais durante séculos, mas com o tempo perderam essa centralidade, sem, contudo, desaparecer. Isso nos mostra que a memória circula de maneira dinâmica, em movimentos de deslocamento e reconfiguração, o que implica pensar o subterrâneo não como um lugar estanque, mas como um processo de tensão constante entre narrativas concorrentes.

Cada pesquisa reflete as condições e ferramentas disponíveis ao acesso de cada pesquisador, Volóchinov (2021) diz que “cada produto ideológico carrega consigo a marca da individualidade do seu criador ou de seus criadores, mas essa marca é tão social quanto todas as demais particularidades e características dos fenômenos ideológicos” (p. 129-130). A história é um produto ideológico a partir do momento em que sua pesquisa é conduzida por sujeitos que são atravessados por ideologias. Assim, a primeira versão da história se deu num período e foi conduzida por uma pessoa que acreditava que a fundação de um lugar deveria se dar pelo protagonismo de uma única pessoa, rica e com grandes posses, o que marca a classe social que pertencia, e que, num ato de generosidade se dispôs dos bens para doar aos outros, marcando assim o início do município que viria a surgir. O que também aconteceu no plano nacional, como dizem Lima Jr, Schwarcz e Stumpf (2022) complementando que

A memória nacional, construída ao longo do tempo, tende a solidificar uma única versão dos acontecimentos pregressos e, com frequência, esta se transforma numa história oficial, divulgada pelas escolas e órgãos do governo. Esse é um tipo de narrativa que procura englobar todos os territórios e seus habitantes, a despeito de se concentrar, muitas vezes, em determinadas regiões — em geral mais ricas e influentes — e em determinados grupos sociais, normalmente representados pelas elites intelectuais, econômicas e políticas, em geral brancas, e não na totalidade da população (p. 16).

Ou seja, a história foi contada por quem queria seguir um estereótipo, um único modelo de história com lacunas a serem preenchidas e validadas por ele mesmo, e aí reside outro problema da história única, porque ela “cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (Adichie, 2019, p. 26). A pesquisa de Sousa (2010) foi deslegitimada por Jesus Leite, que se recusou a lê-la, criticou os métodos, declarou-se pessoalmente ofendido e reforçou ainda mais sua tese em todo espaço que ocupava. Declarava que a história já estava contada e não havia necessidade de revirar o passado. A memória já estava construída e sólida, Tereza nomeava a principal praça e estava no hino e se não existia antes, existe agora (Vasconcelos, 2022).

A historiadora Isabel Lustosa (2012, p. 15) diz que “somos formados na nossa cultura, nossos hábitos são produtos dela e por meio dela nos diferenciamos dos outros. A cultura de um povo é produto de sua história”. E quando a história fundante é baseada em uma personagem que talvez nunca tenha existido? Novamente entra a história única com seus riscos e o silenciamento como estratégia para mantê-la.

Sempre senti que é impossível se envolver direito com um lugar ou uma pessoa sem se envolver com todas as histórias daquele lugar ou daquela pessoa. A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos. (Adichie, 2019, p. 27-28).

E a autora ainda acrescenta: “as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (Adichie, 2019, p. 32). As histórias apresentam lacunas, trazem o que Orlandi chama de incompletude, que permitem revisões, releituras e novos caminhos de interpretação dos discursos, a incompletude possibilita as histórias múltiplas. Para a autora:

É a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. E é o silêncio que preside essa possibilidade. A linguagem empurra o que ela não é para o ‘nada’. Mas o silêncio significa esse ‘nada’ se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresentam (Orlandi, 2007, p. 47).

E esse confronto entre os estudos nos auxilia na compreensão de Pêcheux (2006) sobre o discurso enquanto estrutura e acontecimento, quando ele conceitua acontecimento

como o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória. Através dos enunciados, irreproduzíveis, a repetição ou o retorno aos discursos já ditos são novos acontecimentos por serem proferidos em contextos diferentes, por pessoas diferentes e em condições diferentes, o novo nos permite ver os discursos ditos cristalizados como opacos, e não transparentes, como nos eram levados a crer.

O processo de silenciamento, como foi dado, nos ajuda a compreender o que Pêcheux chamou de *ciência-régia*, que é essa posição ao mesmo tempo intelectual e política que visa controlar, homogeneizar as chamadas “coisas-a-saber”, de modo que a produção de conhecimento siga uma linha pré-determinada que atue na manutenção de estruturas e sistemas de poder que se beneficiam de determinados discursos. Jesus Leite torna-se o historiador-mor, que descobriu a fundadora e construiu um sentimento de identificação com o lugar e é importante para ele que não seja questionado ou criticado por ameaçar essa posição em que se colocou. Ele torna-se a personificação da ciência-régia, por se tratar de um intelectual político que usa um dos lugares para investigar e o outro para que o resultado seja legitimado, reforçando isso em monumentos como a principal praça e um dos principais símbolos pátrios do município. E Orlandi complementa quando diz que “há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política (Orlandi, 2007, p. 53).

E outras histórias vão surgindo no decorrer do tempo. Em 2021, foi iniciado por nosso co-autor tarrafense, um projeto de pesquisa que visava produzir uma biografia de Tarrafas, chamado “Quantas histórias cabem dentro da Tarrafa? Uma biografia a partir da memória coletiva”, o produto final foi um livro-reportagem com dez capítulos, contando parte da história do município a partir das histórias de vida de tarrafenses, do desenvolvimento educacional e da história da praça principal. Cada capítulo biográfico tornou-se peça da colcha de retalhos que é a história de um lugar, ela não nasce num único ponto, mas em vários. No período em que Tereza Moreira teria existido, existiu Teodora dos Poços, um pouco mais ao leste, que detinha uma grande quantidade de terras e distribuiu para familiares, vendeu para outras pessoas e deu algumas para quem precisava; a oeste, havia a família Assunção, posteriormente chamada Vilanova<sup>5</sup>, que construiu um

---

<sup>5</sup> A mudança do nome da família se deu por causa dos irmãos Antônio e Honório. Fugindo da seca, a família foi para Vila Nova da Rainha, na Bahia, atual Senhor do Bonfim. Os irmãos fixaram residência por lá e trabalharam como comerciantes, Honório fixado e Antônio viajante, numa dessas viagens conheceu Antônio Conselheiro, que tornou-se o seu principal cliente. Meses depois, o Conselheiro o convidou a fixar-se em Canudos, o que Antônio fez e Honório fez logo depois. Por causa da cidade de onde vieram, o conselheiro passou a chamá-los por Vilanova e o nome pegou. Os irmãos estiveram em Canudos antes,

grande casarão que ainda hoje está de pé e recebe visitas de diversos lugares (Vasconcelos, 2022). Essas narrativas, que ampliam o repertório histórico de Tarrafas, funcionam como camadas de uma memória subterrânea, no sentido de Pollak (1989). São lembranças que sobreviveram à margem da versão oficial, transmitidas de modo fragmentado, e que quando ganham espaço revelam a multiplicidade de sujeitos e experiências que compõem a identidade tarrafense.

Além disso, um ponto marcante para o desenvolvimento do município, que a história única não deixa claro, é o trabalho coletivo. As comunidades circunvizinhas à sede tiveram e ainda têm protagonismos distintos: politicamente, foi o sítio Oitis que primeiro se organizou para conseguir representações na câmara municipal de Assaré, para organização de eventos religiosos e para as primeiras iniciativas de educação pública em Tarrafas. As primeiras professoras com formação, Maria Luiza Leite Santos e Francisca Alves de Lima Sousa foram responsáveis por revoluções educacionais que, transcendendo os limites das salas de aula, modificaram completamente a dinâmica do então distrito. O trabalho das professoras em fundar escolas e incentivar os pais a colocarem os filhos para estudar fez com que os agricultores de regiões mais distantes comprassem terras mais próximas à escola dos filhos, e esse processo migratório foi tornando Tarrafas parecida com uma pequena cidade. Foram essas professoras que intermediaram com o governo do estado e lideranças locais a construção de praças, pavimentação de ruas, chegada da iluminação pública, ensino superior com turmas em Tarrafas e muito mais (Vasconcelos, 2022).

A política do silenciamento, observada em atos de deslegitimação de outras pesquisas, reforço de uma única possibilidade histórica e inserção dessa única possibilidade em elementos oficiais do município (como praças e o hino) impede que outros atores sejam evidenciados. Se no período que a pesquisa de Jesus Leite foi realizada, a história muito contribuiu para o município, e ainda contribui, hoje temos mais pessoas que também fizeram seu trabalho e trouxeram contribuições ao debate sobre a história de Tarrafas, com novas possibilidades e até questionamentos. Considerar Tereza Moreira como a única que teve visão e espírito público é negligenciar o fato de que outras pessoas, também engajadas no desenvolvimento tarrafense, existiram, assim como

---

durante e depois da Guerra, fugindo apenas quando o Conselheiro morreu. Antônio foi responsável pela estratégia e Honório era o principal atirador, sendo responsável pela morte do coronel Moreira César. Anos depois, padre Cícero Romão pediu-lhes ajuda para a estratégia de defesa de Juazeiro durante a Sedição, em 1914. Antônio traçou o plano e Honório foi executar. Antônio faleceu em 1920, aos 50 anos e Honório em 1974, aos 109 anos. Em Tarrafas, há um distrito chamado Vilanova, onde se localiza o casarão, como homenagem aos irmãos e descendentes que ainda residem, utilizando não mais Assunção como sobrenome, mas sim Vilanova (Macedo, 1964; Vasconcelos, 2022).

histórias de outros que vieram antes dela, que foram contemporâneos a ela ou que vieram depois. O município só pôde ser emancipado e desenvolvido a partir do trabalho da coletividade.

Acontece o que Orlandi chama de língua-de-espuma, uma língua que não permite repercussões, uma língua estéril, um discurso que se propõe único e inquestionável. Para a autora:

uma língua ‘vazia’, prática, de uso imediato, em que os sentidos não ecoam, É uma língua em que os sentidos batem forte mas não se expandem, em que não há ressonâncias, não há desdobramentos. Na língua-de-espuma os sentidos se calam. Eles são absorvidos e não produzem repercussões. Se, de um lado, não se comprometem com nenhuma ‘realidade’, de outro, impedem que vários sentidos se coloquem para essa mesma ‘realidade’. [...] podemos alargar essa noção abrangendo toda expressão totalitária nas sociedades ditas democráticas. A língua-de-espuma trabalha o poder de silenciar (Orlandi, 2007, p. 99).

A riqueza da história de Tarrafas está em sua multiplicidade, seus muitos atores, nas possibilidades de narrativas que podemos construir e nas histórias que ainda não foram contadas. A história única nega parte da identidade de um povo, só uma pessoa da família Moreira protagonizou o surgimento de Tarrafas? E onde estavam as outras? O sentimento de pertencimento é forte e fértil quando sabemos que nossos antepassados fizeram sua parte, nos faz querer seguir fazendo o mesmo para que o município siga avançando ou até mesmo corrigir erros do passado. Tereza talvez não tenha existido, talvez tenha existido mas não tenha protagonizado a fundação, mas hoje ela existe como símbolo. Contudo, não precisa ser o único, nem o maior, novas histórias podem e precisam ser descobertas e contadas, novos discursos formulados e assim a vida segue. Porque “a construção de uma memória pátria, que se transforma numa narrativa, sempre em litígio e disputa, sempre pautada em seleções e apagamentos, parte da própria invenção da nacionalidade” (Lima Jr.; Schwarcz; Stumpf, 2022, p. 16), ou seja, o processo é constante, a história não é congelada e os discursos acerca dela e da forma como é e pode ser contada também são muitos.

A política do silenciamento, como explica Orlandi, não reside na dimensão do não-dito, no que fica implícito, mas na interdição do dizer, ou o “silêncio local”, como ela diz. O implícito é quando digo “x”, e nas entrelinhas, também digo “y” e “z”, o silenciamento reside em dizer “x”, impedindo que “y” e “z” sejam ditos, ocultando outras possibilidades discursivas ou o debate sobre elas. “A política do silêncio se define pelo fato de que, ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (Orlandi, 2007, p. 73).

Em complemento há o que ela diz sobre a censura, que “é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado” (Orlandi, 2007, p. 79). E esse poder de palavra fortemente regulado estava na figura de Jesus Leite, a ciência-régia personificada. Em 2023, com o processo de integralização do ensino fundamental, foi criada a disciplina de História Local, com o foco em contar as histórias do município e, para além disso, funcionar também como um constante laboratório de pesquisas sobre a história de Tarrafas. A base para a disciplina foi o livro de Vasconcelos (2022), por visar essa multiplicidade de perspectivas, que às vezes se encontram e às vezes se chocam, mas busca ir além, contando as histórias que ainda não foram contadas, sobre outros agentes igualmente importantes para Tarrafas. Aos poucos, a interdição do dizer vai sendo derrubada, e o silenciamento vai dando lugar à busca pelos silêncios que têm voz e histórias para contar.

Lima Jr, Schwarcz e Stumpf (2022) escrevem que

Como escreveu o historiador haitiano Michel Trouillot, a história é mestra em produzir eventos que não podem ser sequer mencionados; são impronunciáveis. Por sua vez, desmontar artificios e denunciar ‘esquecimentos’ é uma maneira não só de contar de novo, como de contar diferente — a partir de hiatos e silenciamentos deixados de lado de modo proposital (p. 30).

E Chimamanda complementa ao dizer que “quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso” (Adichie, 2019, p. 33), ou seja, narrativas que visam um discurso dominante, tido como oficial e único possível, são reducionistas, excludentes e impedem outras possibilidades de virem à tona. Este trabalho teve como objetivo discutir conceitos como o de silenciamento, história única e o de acontecimento discursivo e ciência-régia aplicados aos discursos em torno da história de Tarrafas.

### *Considerações finais*

A história única, aliada ao silenciamento e legitimada por uma ciência-régia causa um efeito cômodo e também autoritário, desencoraja novos estudos e desacredita as possibilidades que aparecem. Não é produtivo pensarmos a história de qualquer lugar a partir de um discurso único, ou centrada numa figura única, porque invisibiliza ou silencia outros atores. Pudemos compreender o poder de interferência da política do silenciamento, como ela deslegitima outros discursos com o propósito de manter o de uma classe dominante no lugar de dominância a partir do contexto tarrafense. Essa

constatação dialoga com Pollak (1989), para quem lembrar é também esquecer. O autor nos lembra que a memória oficial é construída tanto pelo que se seleciona quanto pelo que se apaga, e que a existência de memórias subterrâneas evidencia que sempre há resistências à história única. Incorporar essas vozes silenciadas é condição fundamental para democratizar a memória de Tarrafas e reinscrevê-la como uma narrativa plural.

Mas vimos também que os discursos de censura despertam discursos de resistência, e que as novas gerações utilizam de meios novos para questionar e revisitar as narrativas tidas como cristalizadas. Escovando a história a contrapelo, fazendo emergir o pensamento de Benjamin (2020) sempre que necessário. A história, como algo múltiplo e fluido, está sempre propensa a novas leituras, atravessadas pela ideologia e condições de produção de quem a interpreta. É preciso cultivar a compreensão, como diz Hissa (2017), a pesquisa é um processo constante e esse cultivo estimula o diálogo e possibilita o repensar a presença do outro em nós e nossa presença no mundo.

E nesse processo de escovar a história a contrapelo, discutir processos de silenciamento e de cultivar a compreensão, aprendemos sobre essas outras histórias e possibilidades. As histórias únicas estão permeadas de apagamentos, muitas vezes propositais. Quem estava lá antes da chegada de Tereza? Como foi feita a ocupação das terras que tornaram-se sua propriedade? Onde estavam os povos originários? Dizem que o rio Bastiões recebeu esse nome por causa de um indígena que vivia nas margens do rio, quem conta sua história? E os escravizados de Tarrafas, que podem ter migrado para onde hoje fica o sítio Umbuzeiro, considerado por alguns pesquisadores locais como sendo uma comunidade quilombola, quem conta a história dessas pessoas? A insistência na univocidade da imagem de Tereza apaga muitas outras, e torna ainda mais problemática a elevação dela como o grande símbolo fundador quando sua existência é questionável e os povos que vieram antes dela são apagados. A possível fazenda Aroeiras não esteve sempre aqui, e seu surgimento pode carregar diversos processos sociais, culturais e ambientais que foram apagados. Da mesma forma que Tarrafas já era Tarrafas antes de ser emancipada em 1987, o território já existia antes mesmo da fazenda Aroeiras e até mesmo das três fazendas registradas pelo Padre Lima.

Nesse sentido, é necessário que possamos sempre revisitar a história de nossos locais, que as novas gerações estejam dispostas a embarcar nesse processo com novos questionamentos e ferramentas de investigação, e que o silenciamento não nos pare, mas nos estimule a ir mais fundo, questionando-o também. Produzir este trabalho permite não só contribuir para o debate sobre a forma como a história de Tarrafas é contada como também possibilita um cruzamento de aprendizagens, aprendemos sobre a teoria

aplicando-a e também, nesse processo, aprendemos mais sobre a história do município. De maneira mais ampla, o trabalho nos permite refletir sobre a relação entre ciência, memorialística e o conhecimento de uma cidade natal, partindo dos processos pelos quais a história vem sendo contada. Conhecemos não só trabalhos documentais como científicos, além das histórias contadas na tradição oral e as outras alternativas de contá-las. Que possamos reaver o paraíso das múltiplas histórias e que as pesquisas de hoje sirvam de base para o que vem depois, não obstáculo.

## Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o Conceito de História*: edição crítica. Alameda Editorial. São Paulo, 2020.

HALL, Stuart. *Identidades e diferenças: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *Entrenotas: compreensões de pesquisa*. Editora da UFMG. Belo Horizonte, 2017.

LEITE, José Jesus. Hino de Tarrafas. In: VASCONCELOS, Wesley Guilherme Idelfoncio. *Quantas histórias cabem dentro da Tarrafa?*. Expressão Gráfica e Editora. Fortaleza, 2022. p. 169.

LIMA JR., Carlos; SCHWARCZ, Lilia M.; STUMPF, Lúcia. *O Sequestro da Independência: uma história da construção do mito do Sete de Setembro*. Companhia das Letras: São Paulo, 2022. p. 382.

LUSTOSA, Isabel. *A história do Brasil explicada aos meus filhos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.

MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. Edições o Cruzeiro | Renes/ Pró-Memória Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1964.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 6 ed. Editora da Unicamp. Campinas, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Pontes Editores. Campinas, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.



SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUSA, Maria Gilcarla Lima. *Desenvolvimento social e natureza – ações antrópicas sobre o rio Bastiões no Município de Tarrafas-CE*. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Regional do Cariri. Crato, 2010.

VASCONCELOS, Wesley Guilherme Idelfoncio. *Quantas histórias cabem dentro da Tarrafa?*. Expressão Gráfica e Editora. Fortaleza, 2022.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem – Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 3 ed. Editora 34. São Paulo, 2021.

Artigo recebido em 01/11/2024

Artigo aprovado para publicação em 14/08/2025

Editor(a) responsável: Rodrigo Canossa Barbosa